

"MITOS, FACTOS E PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL"

- intervenção no Club de Reflexão Política (antes) a convite do Manuel José Henriques de Melo



23 / 5 / 85

MITOS, FACTOS E PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Porque quiz começar por falar de mitos?

Temos por vezes a noção de que somos nós que comandamos os factos. Ora as realidades políticas nunca são fruto exclusivo de fenómenos determinados pela vontade dos homens e das mulheres a quem cabe a intervenção nas coisas públicas. Certa vontade e, de alguma maneira um gesto ou uma decisão, podem influenciar, mas sobretudo as realidades políticas são também expressão de mitos, isto é de ideias mais ou menos fantasiadas sobre as coisas, que têm a sua origem em crenças - há pessoas para quem a realidade política é quase uma religião - ou então em paradigmas de funcionamento social, em algo que está inscrito na nossa maneira de entender o Mundo e aquilo que se passa à nossa volta. E por isso é que a descrição dos factos, a sua interpretação, para já não falar do acontecer e desenrolar desses factos, vêm sempre eivados desse universo mítico. E é por isso que anteriormente à referência aos factos, que nós todos conhecemos, gostaria de explicitar alguns dos mitos que vejo a rodearem-nos.

E vou pegar em quatro.

O primeiro mito que me parece ter sido comum, talvez a todos nós, portugueses, é o mito de que uma mudança de regime, só por si, conduz à democracia. Assim uma espécie de milagre de Fátima político que, de repente, tudo mudava. De facto a rápida instauração da Democracia em Portugal era um dos objectivos fundamentais dos homens que fizeram o 25 de Abril. E pode dizer-se que pela determinação desses homens foi possível iniciar a evolução para o estabelecimento das instituições democráticas cumprindo rigorosamente os prazos



estabelecidos. Todos nos recordamos como, não só em Portugal, a mudança de regime era acolhida com alegria e como nos outros países se considerava que as instituições democráticas seriam a garantia de que a democracia estava consolidada em Portugal.

O mito subjacente a essa euforia consistia em pensar que as estruturas só por si são portadoras de transformação dos comportamentos das pessoas e tornou-se assim, como expressão democrática o que, muitas vezes, não foi senão mera manipulação. Usou-se a palavra democracia como santo e senha para comportamentos que eram totalmente alheios à democracia. Esse mito, que a mudança de regime instantaneamente produz a democracia sem que haja condições culturais específicas para a gerar, passou por cima do facto de que não houve, antes do 25 de Abril e atrevo-me a dizer continua a não haver, uma educação para a democracia.

Assim, não se geraram hábitos democráticos. A democracia foi, deste modo, catapultada para o palco da cena política, fugindo dos lugares onde os cidadãos comuns viviam e se organizavam, para se reduzir, nesse palco aqueles poucos, às vezes pergunto-me se são centenas, se são umas escassas dezenas, de verdadeiros protagonistas da cena política que assim reduzem a democracia à sua própria dimensão. E a dimensão de todos nós, mesmo dos maiores, é sempre a dimensão de um só. ~~É~~ que é isso perante um povo?

A responsabilização perante as tarefas ou cargos assumidos foi aliada por muitos, ao longo destes anos, por não se entender que nela assente a prática democrática. Que não há prática democrática sem responsabilização total, até ao fim. A devolução ao povo de todo e qualquer poder delegado, através da informação, da consulta, do diálogo, foi esquecida. Basta percorrer o país para encontrar essa



queixa unânime. A compreensão, o diálogo e a tolerância deram lugar a conflitos permanentes entre grupos, pessoas e instituições que, se não fora esse "ecran" artificial de interpretação sectária de divisões artificiais, teriam sido bons amigos à volta de uma mesa redonda. A democracia nos seus alicerces mais sólidos não foi instaurada no espírito nem nos comportamentos.

Por isso o mito permanece.

Temos um segundo mito. As instituições democráticas, pensávamos nós, só por si são a democracia. Garantem-na. E, por isso, no afã de estabelecer as instituições democráticas esse outro mito esteve sempre presente. De que as instituições, existindo, se bastavam a si próprias. E desde que funcionassem, desde que, de manhã abrissem as portas e à noite as fechassem, mesmo com sessões tardias, isso bastava. Assim, de etapa em etapa foram-se construindo ou culpando instituições, a umas dando o benefício da dúvida a outras destruindo com bulldozeres, sem a preocupação de ajuizar das regras do seu funcionamento nem de verificar quais os complementos institucionais que lhes eram indispensáveis. Daí nasceu, facilmente, o que considero o alibi das transformações estruturais. Pensava-se que mudando as instituições se mudava automaticamente e "ipso facto" a eficácia do sistema. Por isso se criou a ilusão de que só com a revisão constitucional de 82, então sim, se realizaria a democracia plena. Mas, paradoxo dos paradoxos, a coligação da época, que fora artífice principal dessa revisão, não estraiu dela qualquer dinamismo para a sua actividade legislativa ou governativa. Dois meses após a promulgação da revisão acabou a coligação. Do mesmo modo hoje se fala em alterações estruturais. Isto não é senão a consequência de um mito mecanicista do funcionamento das instituições. "Não funcionam? Nesse caso vamos mudar as estruturas".



as novas vão concertza funcionar." Isto é uma interpretação profundamente materialista das coisas.

Acrescento ainda um terceiro mito.

A democracia, só por si comportaria o progresso social. A democracia seria não só a igualdade de direitos, da liberdade mas comportaria também o progresso social. Até em Portugal podemos dizer que, nos anos 40 e 50 a democracia era olhada como garante da liberdade e da igualdade. Mas em breve a necessidade de protecção dos indivíduos pelo Estado, tornou claro no processo de industrialização que os direitos e garantias fundamentais têm sempre de ser completados pelos direitos sociais, económicos e culturais. Noutros termos, a democracia política requer hoje, na civilização ocidental que é a nossa, a democracia social económica para que o progresso social seja possível. Ora a meu ver é na mitificação da democracia política, como garante exclusivo, da liberdade de um povo, que se encontra uma das raízes mais fundas da crise específica à democracia portuguesa. Para muitos de nós a liberdade seria algo que os Estados poderiam decidir, de forma imediata, enquanto a satisfação dos outros direitos - sociais, económicos e culturais - - conduzindo a maior bem estar social, seria relegada para as consequências da alternância do poder e das concertações entre partidos, quanto a programas, objectivos, prioridades, oportunidades ou não de intervenção ou de resolução de problemas essenciais. Ora a História dos últimos 20 anos mostra que, tanto a nível individual como ao nível das nações, consideradas no seu todo, a ausência de progresso económico e social leva, inevitavelmente ao depauperamento, senão ao desaparecimento da democracia política.



Basta-nos olhar os receios de alguns países que, recentemente conquistaram, num continente que nos é próximo, a democracia política e observarmos a luta que mantêm, em termos estritamente económicos com as grandes instâncias internacionais, para percebermos como de facto a democracia política só pode subsistir, quando com ela, se pode desenvolver simultaneamente a democracia social e económica. O que estou a dizer, não nasce de nenhuma ideologia, nasce de uma observação das coisas. E essa observação, levou, no último debate televisivo que precedeu a eleição do presidente Mitterrand em 81, levou-o a dizer algo que gostaria de repetir hoje, que me parece que talvez, muitos franceses estejam a pensar como é possível realizar estas palavras. Dizia o então candidato à presidência da República de França:

"Ao fim e ao cabo não podemos passar a vida a acusar outros de atentarem contra a nossa liberdade. A liberdade é uma palavra muito abstracta e é preciso tratá-la na sua realidade quotidiana. Na verdade, qual é a liberdade de um desempregado? Qual é a liberdade de quem trabalha a ritmos infernais?" E mais adiante, dizia o candidato Mitterrand: "A liberdade é a difusão do saber. A liberdade é o desenvolvimento de escola, é a conquista dos direitos sociais, é a defesa contra certos efeitos da ciência e da técnica é também a conquista do tempo de viver". Aquilo que estamos a fazer aqui é também isso - a liberdade.

Estou citando esta passagem muito importante do debate de 81 porque ele marcou uma viragem na expressão de todos os políticos europeus. Ficou, este conjunto, dos direitos sociais, económicos e culturais, acoplados aos direitos civicos e políticos, ficou ~~o~~ ^{assim} contido na expressão liberdade e as condições da liberdade.



E, praticamente, indiscutível hoje, para além de todas as resoluções de todas as diferenças que possam separar famílias políticas.

O quarto mito tem estado presente na vida portuguesa. Esse mito foi que, a entrada na Comunidade Económica Europeia, só por si, continua a democracia. Foi necessário há meses que Rocard, quando passou por Lisboa, viesse dizer aos políticos portugueses que a CEE é de facto uma comunidade económica. Por muito respeitável que seja para a comunidade o motivo exclusivamente político que ditou a adesão de Portugal é no campo económico que a adesão se processa, se negocia, e nesse campo que, necessariamente se repercutem as suas consequências!

No entanto, até então, e talvez mesmo agora, continuou-se a manter o mito de que a entrada na CEE era a salvaguarda da nossa democracia.

Sobre estes quatro mitos que factos assentam?

Considero que me basta indicar três etapas cronológicas ao nível dos factos, necessariamente redutoras de numerosas aventuras e vicissitudes da democracia portuguesa.

Três períodos.

Um primeiro período, a que podemos chamar a euforia democrática. O período que se seguiu ao 25 de Abril foi, até 11 de Março, um espaço de euforia democrática, em que se estruturaram situações de poder "ad-hoc", em que houve, sem dúvida injustiças que se praticaram, mas em que o Povo adquiriu o gosto de participar. Nesse período o Povo português estava mobilizado para uma causa - a democracia, e participava nela activamente. Não sabia muito bem o que era, mas tentava. Ao nível dos bairros, das empresas, das escolas,



dos serviços públicos. Só quem não esteve profundamente empenhado e tentando receber o embate dessa descoberta da democracia é que ignora o que isso tinha simultaneamente de forte e de ingénuo. Não vou analisar esse período, mas quero sublinhar que o clima de agitação em que ^{se}veio a traduzir e a invasão das instituições que proporcionou, foi possível, por uma razão: pelo total alheamento da classe política de então em relação aos fenómenos que haviam agitado, nos anos 60, as sociedades francesa, americana e japonesa, para só falar daquelas, onde rebentou a chamada "revolução académica", e que veio sacudir completamente os canones estabelecidos em qualquer dessas sociedades.

Fixados os objectivos apenas dos modelos democráticos de início da industrialização, a classe política de 74 e 76 não se deu conta de que estava a lidar com fenómenos novos em democracia mas, com ingredientes já conhecidos no mal estar e na contestação que reinava noutros países. Faltou-nos nessa altura, a todos, a capacidade intelectual para proceder à triagem das experiências realizadas, para dar corpo a novas expressões da democracia que encontramos hoje em países como os Estados Unidos, a Suíça, a Jugoslávia e a ~~su~~écia. Justamente porque nos faltaram os instrumentos culturais autênticos começou a realizar-se a operação redutora de tudo e de tudo limitar a esquemas de pressupostos ideológicos. A democracia ficou logo aí inquinada por um vício de forma. Deixou de ser expressão da opinião política organizada dos cidadãos para se tornar objecto de marketing. Para ser vendida num verdadeiro mercado de ideologias, vendida à população pelos métodos mais sofisticados da publicidade e paradoxalmente, também pelos processos mais anti-democráticos da coação e da cooptação para cargos públicos em virtude apenas da filiação partidária.



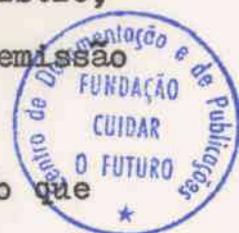
Segue-se um segundo período de 76 a 80, a que chamo o período de facto da formalização das instituições democráticas. Com a promulgação da Constituição de 76, com as eleições legislativas e do Presidente da República, também no mesmo ano, Portugal iniciou o seu percurso na estruturação da democracia representativa. Malgrado a rápida sucessão de Governos, foi o período em que se puseram à prova os mecanismos institucionais da democracia representativa. As eleições a que o Povo foi frequentemente chamado realizaram-se na ordem e na participação. A Europa olhava-nos admirada e congratulava-se, pois a criança já andava. E cada noite após a eleição ouviamos os partidos políticos dizendo que a democracia tinha funcionado. Sem dúvida, representa muito que um povo se disponha a ir às urnas e conscientemente escolha os seus representantes. Mas uma dificuldade fundamental começou a gerar-se aí: a convicção de que a democracia funciona só quando de tempos a tempos o povo vai às urnas. Julgo que durante esse período houve, da parte do Presidente da República, a preocupação de ultrapassar as clivagens ideológicas, na medida em que para três governos de iniciativa presidencial escolheu personalidades que não só não eram filiadas em partidos políticos como não representavam qualquer ortodoxia de política institucionalizada. No entanto, por razões de análise complexa que não cabe agora referir, teve lugar uma crescente bipolarização da sociedade portuguesa, à volta dos conceitos tradicionais de "direita" e "esquerda", no próprio momento em que já a Europa começava a grande interrogação sobre a direita e a esquerda, traduzidas embora, no que diz respeito à direita, numa luta fantasmática contra a prepotência do Estado e no que diz respeito à esquerda, numa defesa não menos fantasmática das conquistas do 25 de Abril. A projecção dos fantasmas de medo ou de esperança de factos da história recente criou assim "ecrans" na comunicação entre vários grupos sociais. Rotulou indevidamente e de forma simplista pessoas e



grupos. Impediu a convergência dos esforços na reconstrução nacional. De tal modo foi esse fenómeno que muitas instituições democráticas, intermédias - Conselho Nacional do Plano, no Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos - se viram totalmente destituídos da sua capacidade de intervenção e o seu contributo, a muitos títulos necessário, se tornou praticamente nulo para a definição de políticas não só adequadas, mas indispensáveis ao progresso da nossa democracia.

E entramos no terceiro período, de 80 a 85 em que verifico os limites das instituições democráticas. Neste período, Portugal dispôs, no parlamento de maiorias estáveis, coerentes e permanentes. A trilogia não é minha, como é sabido. E, no entanto, assistimos a um fenómeno paradoxal: as maiorias viveram em constante sobressalto, sobressalto esse que não decorreu, como em qualquer democracia, de moções de censura no Parlamento, nem de qualquer agitação de rua; problemas internos dos partidos, das coligações conduzem primeiro à queda do VII Governo e à formação do VIII Governo. E perguntamos, porque é que não foi uma simples remodelação ministerial? E depois, esses problemas internos levaram ao esboroar da coligação que sustentava o VIII Governo, quer pela demissão do Primeiro Ministro, quer pela demissão do Vice-Primeiro Ministro, pelas razões que essa personalidade, há poucos dias, numa emissão televisiva, tornou públicas, claras e inequívocas.

Mas a mesma instabilidade veio a manifestar-se na coligação que resultou das eleições de 83, e que detem hoje a maior maioria parlamentar de toda a Europa. Podemos dizer que essa instabilidade resulta de casos individuais de sobressalto: do Ministro A que não está de acordo com o Secretário de Estado B, ou de outras incompatibilidades que são, naturalmente, sobressaltos de percurso de toda a vida humana, que se podem sempre ~~admitir~~ atribuir aos humores e ao engenho. Mas o que é sem dúvida mais importante que



analisar o que as pessoas fazem é que, também esta coligação, fica sujeita a complexos processos inter partidários e intra partidários. Assistimos, desde Dezembro, até estes últimos dias, e ainda estamos a assistir, porque não sabemos qual é a etapa seguinte, qual o próximo acto, ~~mas~~ assistimos a uma instabilidade política permanente e que está à vista de todos nós.

Para mim, o que é importante, não é dizer quem é responsável, o problema ~~de~~ não está aí. Todos nós sabemos, qualquer livro de sociologia nos diz, que face a uma ruptura tão radical, como foi num primeiro tempo o 25 de Abril, relativamente a Portugal como império e ao terminar da guerra colonial e como foi, um segundo tempo, o 11 de Março como viragem completa da estrutura económica portuguesa, todo e qualquer país sujeito a uma ruptura assim, em dois tempos, necessariamente fica, dizem os sociólogos, durante 10/12 ~~anos~~ num período de instabilidade, que é conhecido e de que lentamente vai emergir um período de estabilidade, de novo dinamismo, de uma criação diferente face a fenómenos que se foram verificando! Não interessa, por isso, perguntar quem foram os responsáveis. Não são as pessoas que estão em causa. Julgo que é importante analisar os factos deste modo. Resultam, dessa observação, algumas constatações! A constatação de que ~~coligação~~ ^{coligações} de maioria numérica forte, com total ou parcial homogeneidade de perspectivas políticas, são apenas e tornaram-se apenas, ~~uma~~ ^{figura} ~~uma~~ ~~uma~~ aparente de estabilidade. Há Governo, é certo; há Parlamento, embora nem sempre tenha quorum, mas ~~há~~ ~~há~~ ~~há~~ ~~uma maioria~~, mas nem os Governos cumprem os programas aprovados pelo Parlamento, nem o Parlamento realiza a sua tarefa de fiscalizar os actos do Governo. Na verdade, são mais os pedidos de autorização legislativas feitos pelo Governo, com o Parlamento em pleno funcionamento, que as que foram necessários para governar com a Assembleia dissolvida.



A aparente estabilidade encobre assim o inadequado funcionamento das instituições e um processo c ntinuo de degradação dos actos e das responsabilidades. A informação constante   contraditória. Num dia a jornalista entrevista o Ministro que nos faz um certo número de afirmações sobre transformações esturtureiras no sector primário da actividade, no dia seguinte a mesma jornalista entrevista um secre-t rio de Estado que diz exactamente o contrário do que diz esse Mi-nistro e interrogamo-nos se essa contradição dos protagonistas po-l ticos revelam uma instabilidade que não pode deixar de criar, e esse   o ponto grave, a descrença, uma insegurança formulada ou reformulada, que   esta, para onde vamos nós? O que   que vai ser amanhã?   que   que vai acontecer de novo na cena política?

Tal instabilidade   sem d vida acentuada pelo regime de corte mo-n rquica, que rodeia consciente ou inconscientemente a maior parte dos dirigentes. Aqui, como nas repúblicas mais tradicionais e nas democracias mais clássicas e mais institucionalizadas. Na verdade cada mudança de protagonista   repercutida sismicamente ao longo de toda a hierarquia que directa ou indirectamente lhe está ligada. E na pra a pública n o faltam os que provocam instabilidade para da-se servirem com benesses  s várias clientelas.   claro que isto n o   só entre nós. Assistimos a um ~~xx~~ dos raros enlatados que a Tele-visão nos deu com muito interesse e que foi o "Yes Ministre" e que verificamos que até na mais antiga democracia dos tempos modernos na Europa se criam os mesmos fenómenos de perturba  o s mica a partir do centro do poder!

Longe de promover, numa saud vel concorr ncia, o primado dos melhores, o actual funcionamento do sistema político conduz   catapultagem de figuras e personagens de assinalada incapacidade t nico-política, talvez mercantis no seu oportunismo, herança que tivemos das aventu-ras pelo mar fora, vazios de experiências e de ideias na sua ânsia de optar o poder, só o poder e nada mais do que o poder.



A instabilidade, o predomínio e controlo dos partidos políticos sobre as instituições democráticas são contrárias à democracia. No plano humano os resultados estão à vista. Homens inteligentes que, fazendo tábua rasa dos interesses nacionais, tudo subordinam aos interesses que o seu grupo, já não é o seu partido, possa vir a ter no seu partido. Não falo sequer em interesses partidários, no sentido nobre do termo, isto é a aspiração legítima de tornar apetecível uma certa visão das coisas públicas e de ganhar adesão para um programa. Falo em interesses de grupos lutando pela hegemonia desse grupos dentro dos seu partidos. Dizia eu, aqui ~~à~~ mesa há bocado, é o poder pelo ~~possar~~ poder. É a redução da importância das ideias e dos projectos a médio prazo face às tácticas conjunturais vazias de conteúdo, digamo-lo, sem reбуço. É o efeito perverso dos partidos políticos em relação à democracia. É a deglutição dos fins pelos meios. É o reino do arbitrário e da imoralidade institucionalizada. E fica de pé uma interrogação: se nas suas instituições a democracia representativa fica sujeita a esta lei entrópica que tende para o esboroamento completo da sua própria dinâmica energética a sua sobrevivência a prazo, que é esse o nosso objectivo, que ~~ix~~ mecanismos e que ingredientes requiere? E por isso entro nas perspectivas da democracia em Portugal, para a qual tenho também três pontos.

Primeiro ponto, a democracia e liberdade de consciência, porque me parece ser este o ponto fulcral do qual os outros nascem. A liberdade não pode ser em democracia uma palavra vã destinada a cobrir as lacunas da própria democracia e a sua incapacidade em resolver os problemas do quotidiano de todos os cidadãos. A vontade popular não se exprime apenas no voto. Formas diversas expressas pelas organizações locais, sócio-profissionais ou culturais dizem à sua maneira as exigências da soberania que reside no povo, que reside em todos nós, em todos os cidadãos. Ora essa vontade



popular e a liberdade de que é expressão, são postas em ~~causa~~ causa pela sonegação da informação relativa a questões importantes para a nação. Por exemplo, ~~quais~~ quais são as consequências dos empréstimos que contrairmos, como se ~~vai~~ vai processar o período de transição na adesão à CEE, onde estão os impasses que travam a luta clara contra a corrupção, a que é devida a morosidade da Justiça e assim por diante, para apenas citar alguns aspectos fundamentais da nossa vida política. Os meios de Comunicação Social veiculam hoje, não sou só eu que o digo, já muito antes de mim ^{Mac Luhan} ~~Mike Luan~~, ^{McCbride} ~~Mike Drazile~~ e outros, verdadeiros programas mentais, induzem o leitor, ouvinte, telespectador a criar imagens e a formular opiniões que são muito vezes opostas àquelas que teria espontaneamente. Nesse sentido é a formação do próprio pensamento, é a liberdade de opinião que está em causa. O primeiro vector da vida democrática em Portugal não pode deixar de ser uma informação sem manipulações, transparente, dando conta dos factos da sociedade no seu conjunto e na sua diversidade. De facto os meios de Comunicação Social têm como objectivo, e por isso se chamam assim, levar a comunicar entre si os grupos sociais, os cidadãos, as diferentes correntes de opinião enquanto expressões legítimas da vida em sociedade. Impõe-se por isso uma nova política de informação e novas estruturas de controlo social da informação. Só nesse sentido os meios de Comunicação Social se podem tornar dignos do seu nome. Isto é, meios privilegiados de garantir o diálogo, a comunicação e em última análise a liberdade ~~de~~ de consciência! A democracia exerce-se dentro de mecanismos ~~inteligíveis~~ inteligíveis à população! Ora a massificação das mini regras, o controle cada vez mais apertado por uma série de etapas não ~~ran-~~ ~~táveis~~ táveis que se alimentam a si próprias, o papel à consideração superior, limita a liberdade de agir, coarta a iniciativa, diminui o exercício do poder que cabe a cada um. Pelo peso que tem, pelo seu monolitismo, a democracia é também um meio por excelência para



que se crie em Portugal uma nomenclatura, que circula na área da tomada de decisão funcional e impede o livre acesso a qualquer função ou actividade. Por isso se vai introduzindo na sociedade o medo de não ser parte da nomenclatura ou de, por qualquer razão menor, ser afastado da lista dos bons e fieis que a sua institucionalização necessariamente implica. A burocracia, que é, ao fim e ao cabo, o mundo do faz de conta, é um papel a substituir a realidade, a substituir o acto, só pode ser ultrapassada por um esforço comum que restitua à administração o seu lugar constitucional; órgãos e instituições ao serviço do interesse público. Para tal a democracia tem de vir a consolidar-se em todas as esferas da actividade e da vida. Em particular a burocracia que decorre duma concepção concentracionária das ~~decisões~~ decisões e das estruturas tem de ser substituída pela diversificação dos centros de decisão e de funcionamento, optando pelo policentrismo social, económico, cultural, político-administrativo. O instrumento constitucional e institucional desse policentrismo é a regionalização realizada nos termos em que a define a Lei Fundamental.

Mas a liberdade de consciência numa sociedade como a nossa e como fundamento da democracia, supõe uma educação para a liberdade. Não basta, sabemos-lo bem, denunciar a corrupção. É preciso criar nos homens e nas mulheres a convicção de que o único valor ~~que~~ que realmente possuem em próprio é a sua liberdade. ~~Aliená-la~~ Aliená-la a causas, ideologias ou pessoas, vendê-la por benesses, privilégios, dinheiro ou prestígio é sempre uma violação da liberdade de consciência, é sempre, no plano social, o estrangulamento da democracia. A educação para a liberdade é por isso uma perspectiva fundamental para que a democracia assente, não em palavras vagas mas em cidadãos capazes de serem os sujeitos morais da sua própria história! Para tal importa que se ponha cobro à subversão dos valores morais que



estruturaram a nossa tradição cultural e que nos conferem a nossa dignidade própria enquanto pessoas, enquanto povo, enquanto Estado soberano e que se respeitem, descubram e valorizem os grandes referenciais que são susceptíveis de mobilizar os portugueses na reconquista da sua dignidade.

O segundo aspecto que me parece fundamental como perspectiva da democracia em Portugal é a relação entre democracia formal e o aprofundamento da democracia participativa a que refere de forma clara a Constituição. Na verdade ^{o que} caracteriza a democracia portuguesa em toda a sua estrutura é ser uma democracia participativa. Para que ela funcione é necessário que os mecanismos da democracia ~~participativa, reflex~~ representativa reassumem a sua dignidade institucional própria. A deslocação da verdadeira sede dos deputados, ~~para~~ da sua responsabilidade pessoal ~~em~~ pelos interesses reais do País, para a sua subordinação aos órgãos centrais dos partidos é afinal, apenas, uma caricatura do sistema representativo. Importa por isso que a vinculação se faça em termos morais a um ideário permanente e mobilizador que os eleitores lhes confiem e não a relações de força ou de compromissos conjunturais de que os eleitores estão completamente ausentes. É igualmente imperativa a responsabilização dos deputados junto dos seus eleitores ^{por} ~~para~~ um trabalho regular de discussão e consulta nos círculos eleitorais respectivos. Paralelamente é necessário que os governos governem, ~~o~~ que parece às vezes ser uma frase que afronta alguns, sem por um lado usurparem poderes próprios do Parlamento e sem por outro deixarem para tempo indeterminado as suas tarefas prioritárias. Os Governos, que vão tomando decisões no dia a dia sem terem a coragem técnica e política de apresentarem ao Parlamento o Plano e suas Grandes Opções, tornam-se responsáveis perante o ~~o~~ País, justamente, pelo descalabro eventual da democracia. Podemos ~~xxx~~ chamar a esse Plano um conjunto



de regras ou normas, ^{de} ~~de~~ qualquer modo elas são indispensáveis ao progresso económico e social. Sem elas o progresso económico e social é inviável, os empresários não sabem para onde é que se devem dirigir e quais são as viragens que vão encontrar no seu caminho. Já basta o Sistema Monetário Internacional ser, como diz ~~Henr~~ Helmut Schmidt, uma desordem institucional organizada, para que nós acrescentemos ainda a nossa fracção de pequenas desordens institucionalizadas. Trata-se, com efeito, não de elaborar só um Plano fora dos interesses dos vários grupos, mas, de a partir desses interesses e da sua percepção, do interesse nacional de participar na elaboração desse Plano através das populações, das organizações representando os cidadãos e, sobretudo das que representam as actividades económicas e sociais. A democracia participativa supõe ainda plena ~~participação~~ utilização das instituições democráticas intermédias consignadas na Constituição, como o Conselho Nacional do Plano, os órgãos regionais, o Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior da Defesa Nacional. E, finalmente, a democracia participativa exige que se criem novos mecanismos de intervenção social, daquilo a que eu chamaria de harmonização da convivência entre os cidadãos e os grupos. ~~Se calhar isto é o mínimo, porque o vosso clube é uma instância de harmonização da convivência!~~ Nesse quadro, possivelmente, o lugar do Presidente da República é decisivo, uma vez que lhe deve caber, e que lhe cabe sempre, ser o garante do regular funcionamento das Instituições democráticas. Por aquilo que tenho vindo a dizer não é apenas a possibilidade de ir votar quando a tal/~~estradas~~ ^{somos} chamados.



E, finalmente, terceira perspectiva da democracia em Portugal é a impossibilidade de pensar a democracia sem equacionar o desenvolvimento. Hoje a democracia que não se articula com a expressão clara e coerente das finalidades da sociedade corre sérios riscos. Nos países pobres esta questão é ainda mais aguda. ~~As~~ várias camadas da população ^{que} não passaram do nível de pobreza absoluta. Quero testemunhá-lo e talvez não o faça com insistência porque a hora já vai adiantada e porque não quero ter sabor demagógico. Estamos numa situação em Portugal onde há milhares de pessoas a viver abaixo do nível da pobreza absoluta. Já não falo ~~mais~~ dos mais desfavorecidos, ^{dos que} não têm favor nenhum, ~~são mais desfavorecidos~~, ^{Das dos que} são totalmente pobres.

Para esses países em que se atingem esses níveis, a democracia e o desenvolvimento são dois dados da mesma realidade numa forma ainda mais flagrante. Hoje já não restam dúvidas que o desenvolvimento é ~~a~~ perspectiva global de enquadramento dos direitos económicos, sociais e culturais. Mais, tornou-se ^o imperativo integrador de qualquer regime. Tanto assim é que, ao longo das três últimas décadas, as instituições internacionais criadas para o desenvolvimento ou as intenções formuladas nas grandes decisões relativas ao desenvolvimento, tornaram inequívoco, com redução ao absurdo, o ~~nexo~~ laço estreito entre o desenvolvimento e o regime democrático. De cada vez que o Fundo Monetário Internacional, ~~ou~~ o Banco Mundial ou o GAT decretam ou aparentemente negociam ^{de} modos a fazer face a problemas internos ou do sistema de mercado mundial, a sua intervenção no regime democrático interno é evidente. A racionalidade das instituições ~~democráticas~~ instituições democráticas deverá ajustar-se às exigências que o desenvolvimento impõe contribuindo assim para o próprio aprofundamento e actualização da democracia. As instituições democráticas só estarão funcionando regularmente quando os dois objectivos, isto



é, o pleno funcionamento da democracia e a constante elaboração do desenvolvimento estiverem igualmente presentes. Eles são o nosso edifício constitucional e, no pensamento económico moderno, inseparáveis um do outro. Por isso, o ponto fulcral do regime político não é em meu entender a sua categorização em termos de presidencialismo, parlamentarismo ou outra qualquer forma de equilíbrio de poder. Isso não é senão a ponta do iceberg. O ponto fulcral é antes o lugar dado ao desenvolvimento na persecussão da vida democrática. Acabo de vir de uma reunião de um grupo de 40 ex-chefes de governos de ~~trinta~~ todos os continentes e de todos os regimes políticos e o trabalho que fizemos sob a orientação do ex-primeiro ministro da Suécia sobre os países menos avançados leva-nos a dizer claramente a esses países: enquanto não puderem articular democracia e desenvolvimento não há qualquer espécie de progresso para os vossos povos. Não se trata pois de defender uma democracia formal, esperando que as instituições, os órgãos necessários para a efectivação de vertente desenvolvimento surjam apenas quando a democracia formal se lhes possa consagrar. Não. A própria democracia formal esvazia-se de conteúdo se não dá simultaneamente à sociedade a possibilidade de encontrar as suas finalidades e aos cidadãos de responderem às suas necessidades individuais, em termos económicos, sociais e culturais, para ao menos viverem acima do nível absoluto da pobreza.

E é nestes termos e neste relacionamento que penso que a democracia em Portugal encontra objectivos novos. Objectivos que, se estão na boca de numerosos políticos e sociólogos e até na boca dos homens e das mulheres simples que encontramos no quotidiano, nem por isso devem ser menos sublinhados. Democracia, liberdade de consciência, democracia participativa, democracia e desenvolvimento como duas faces da mesma realidade. Dirão, mas isso seria óptimo e eu responderia, como o nosso grande escritor Miguel Torga. "O óptimo, o ótimo é quando a gente vai por bom caminho". É esse o bom caminho que desejo a todos.



REFLEXÃO POLÍTICA

Pergunta: PORTUGAL E A NATO

Resposta: _ Portugal é membro de pleno direito da Aliança Atlântica . A NATO tem uma certa dívida em relação a Portugal, no referente à modernização dos nossos instrumentos de defesa. Neste sentido, julgo que o nosso país, pela qualidade das suas forças armadas, tem, dentro da NATO, a possibilidade de encontrar uma plataforma para essa modernização.

_ Existe uma segunda questão ainda relativa à NATO, embora de natureza diferente, que não quero deixar de abordar.

O Grupo de Inter-Ação de Ex-Chefes de Governo, no qual me integro na companhia de personalidades como Helmut Schmidt, Callaghan, Chaban Delmas, Andreotti, Waldeim etc. , acaba de dirigir uma carta às duas super-potências empenhadas nas negociações de Genebra em que pedimos que a política por elas seguida - e, portanto, aplico-a necessariamente à situação de Portugal na NATO - procure, em primeiro lugar, as fórmulas que permitam uma clara redução de toda a espécie de armamentos: armas nucleares, químicas, bacteriológicas e convencionais. Isto porque tem havido um debate relativamente à diferença entre o armamento convencional e o armamento nuclear que tem subestimado o primeiro; como se as armas convencionais não fossem igualmente perigosas.

Hoje é indubitável que uma guerra que comece por armas de tipo convencional não deixa de trazer no seu bojo o risco da utilização de artefactos nucleares. Logo, colocamos exactamente no mesmo plano as armas convencionais e nucleares, bem como as químicas e bacteriológicas. No respeitante aos armamentos químicos e bacteriológicos, os primeiros já experimentados em larga escala no decurso da 1ª Guerra Mundial, constatamos que se está a acentuar o esforço de investigação científica para fins militares em diversos países. O que significa uma enorme ameaça que pesa sobre o património genético da humanidade.

_ É tomando em consideração estes aspectos que pedimos, em primeiro lugar, a redução de todos os tipos de armamento e, em segundo lugar, que o conjunto dos elementos de dissuasão se situem ao mais baixo nível possível de armamento. Esta é, em termos muito sintéticos, a minha posição

Pergunta: PORTUGAL E A CEE

Resposta: _ Trata-se de uma adesão por motivos políticos a uma realidade que, contrariamente ao que tem sido dito, não é um mercado, mas sim uma Comunidade Económica que, até agora, só tem de comum a política agrícola. Política que tem dado muito trabalho e é discutida anualmente em relação a cada um dos produtos vindos dos vários países.



Há poucos dias, em entrevista concedida ao DN, o Sr. Ministro da Agricultura disse: "... A adesão à CEE envolve dez anos em termos agrícolas, no termo dos quais talvez a agricultura portuguesa esteja em condições concorrenciais com a agricultura dos outros países da CEE".

Julgo que, com esta frase do Sr. Ministro da Agricultura, fica tudo dito sobre os próximos dez anos da agricultura em Portugal, e suas consequências do ponto de vista económico.

Do ponto de vista industrial a nossa adesão à CEE não tem grandes repercussões na medida em que pedimos a ~~nova~~ adesão à Comunidade, numa altura em que já estava em vigor um acordo estabelecido com a CEE em 1972. E, quando em 1976 começámos a trabalhar para o pedido de adesão fizemos, ao mesmo tempo, um protocolo adicional que ratificava esse acordo de 1972. Neste, as pautas aduaneiras referentes aos produtos industriais seriam substancialmente reduzidas e praticamente anuladas até ao fim de 1985. Portanto, por um caminho ou por outro, os produtos industriais, em termos de CEE, seguem um processo completamente à parte.

Que consequências tem, ou poderá vir a ter a nossa adesão à CEE?

Em primeiro lugar tem um aspecto simbólico positivo: Portugal enquanto país que retoma a sua dimensão europeia. De certo modo como foi dito, e só, no programa do I Governo Constitucional, quando pela primeira vez se falou na adesão de Portugal à CEE, Portugal queria reintegrar-se institucionalmente na Europa através de três instrumentos: da adesão à CEE; da participação no Conselho da Europa que integra todos os países da Europa Ocidental; e, finalmente, através da sua integração na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias que integra, não só todos os países europeus do Ocidente e do Leste, como também os Estados Unidos e o Canadá.

Ora, neste sentido a adesão à CEE é um acto normal. É um acto normal mas que acarreta consequências - para as quais os próprios governantes nos estão agora alertando - nomeadamente nas alterações nos preços ao produtor e, sobretudo, nos preços ao consumidor, que irão determinar o nível de vida nos anos mais próximos. Este processo terá necessariamente que ser repensado, revisto, trabalhado com muito cuidado, ao longo de todo o período de transição que será de dez ou quinze anos, mas que ainda não está suficientemente esclarecido.

É importante frisar que dispomos, dentro da CEE, de um capital espantoso de negociação que consiste justamente no facto de sabermos que os nossos trabalhadores, juntamente com os trabalhadores do Norte de África, espanhóis, jugoslavos, e até certo ponto os italianos, asseguram toda a infra-estrutura da CEE. No dia em que todos estes trabalhadores fossem forçados a regressar às suas casas a CEE pararia, pura e simplesmente. Pararia a recolha do lixo, parariam os hospitais, pararia tudo aquilo que funciona de uma forma dura e difícil no quotidiano.

Julgo que Portugal tem, neste período de transição decorrente da adesão à CEE, o máximo interesse em constituir o que poderíamos chamar de "cartel" dos países e



que têm trabalhadores imigrantes nos países da CEE, de modo a jogar com esse factor humano que é extremamente importante. Aliás, outros países estão pensando nessa possibilidade.

Ainda referindo aspectos ligados à nossa adesão à CEE, gostaria de sublinhar que não vejo que tenha outras consequências, além das que mencionei a nível económico, muito duras no período de transição. E não tem outras consequências na medida em que a CEE não tem uma política comum em nenhum outro domínio. Nem sequer consegue ter uma política comum no domínio dos regimes da Segurança Social quanto aos trabalhadores imigrantes, obrigando-nos assim a estabelecer contratos e acordos bilaterais com todos os países que formam a CEE. No decurso da minha experiência internacional e fazendo parte do Grupo Ocidental onde estão presentes os países da CEE, verifiquei que, em termos de política externa a CEE funciona como um todo quando cada um dos países se quer livrar de responsabilidades. Nessas ocasiões acolhe-se sob a capa protectora da Comunidade e nessa altura fala-se de política da CEE, definida ali, no instante, pelos embaixadores presentes. Contudo, assim que estão em causa os interesses individuais de uma França, uma Holanda ou de uma Alemanha, são esses interesses que primam sobre a política externa comum da CEE.

Este aspecto reveste-se de particular importância para nós, portugueses, na medida em que nos permite entender e sentir que não ficamos coartados quanto à nossa movimentação e, sobretudo, quanto à complementaridade que existe entre este eixo da nossa cooperação externa e outros eixos que nos devem ser igualmente caros, para não dizer vitais, no nosso futuro a médio e longo prazos.

Pergunta: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Resposta: _ A Teologia da Libertação não é, como um bom amigo que escreve muito nos jornais escreveu há tempos, a acção que o Padre Abel Varzim desenvolveu no seu tempo. Não é exactamente isso. O Padre Abel Varzim foi um homem notável, mas não é isso.

Aqui cabe fazer um pouco da história da teologia.

Acontece que até à realização do Concílio Vaticano II a teologia desenvolveu duas linhas extremamente importantes. Até então parecia que a teologia pertencia ao âmbito restrito ~~XXXXXXXX~~ dos clérigos, excluindo os leigos, os cristãos baptizados. Uma das linhas que mencionei foi chamada a teologia do laicado e diz respeito a todos os cristãos. Entre muitas coisas, afirmava a plena participação do cristão e a obrigatoriedade, que lhe advem do baptismo, da sua participação na transformação das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas.

Recordo-me dos meus tempos de estudante, quando era presidente do Movimento Internacional dos Estudantes Católicos e fomos recebidos pelo Papa Pio XII. Nessa ocasião



ele disse-nos: " Vós, os estudantes, deveis colocar-vos na ponta avançada da inteligentia na vida pública, cultural, social e econômica. É aí que está o vosso testemunho como cristãos". E esta ideia, que foi continuando pelo tempo fora, desembocou com grande força no Concílio Vaticano II, sobretudo na constituição Pastoral " Gaudium et Spes " que tem que ver com a presença dos cristãos no Mundo.

Uma outra corrente, igualmente importante, veio confluír com esta. Foi aquilo que nós chamamos, na altura, a Teologia das Realidades Terrestres.

Por quê? Porque tinha havido toda uma corrente piedosa que via este mundo de um lado, e o mundo das realidades transcendentés de outro lado, e que não dava suficiente valor a estas realidades terrestres em que vivemos.

Ora a Teologia das Realidades Terrestres -de que foi talvez o melhor intérprete o Padre Dominicano Chehu, sobretudo com a sua teologia do trabalho que está na base da Encíclica de João Paulo II, " Laborens Exercens " -, essa teologia vinha dizer: é preciso que as realidades terrestres sejam tomadas tal como o são; isto é, na sua realidade, na sua opacidade, nas suas dificuldades. E é preciso que os cristãos estejam bem conscientes que é esse o material com que se faz o Reino de Deus.

Como é que nasce daqui a Teologia da Libertação?

A confluência destas duas correntes levam a um empenhamento muito grande de padres e leigos numa acção social e cultural de transformação. Esta acção aconteceu num período em que mais de cem novos territórios se tornam países. Em que a palavra dominante ⁷⁸¹ é a palavra libertação. ¹⁹⁶¹ É o longo período que decorre desde a Conferência de Bandung até aos nossos dias. É o grande período da libertação de povos em relação a outros povos. Então, há como que a releitura da Bíblia na base destas duas premissas que referi. Há uma releitura da Bíblia e, em particular do Novo Testamento que encontra aí uma força muito grande

Os cristãos, confrontados com as realidades que os rodeiam nas favelas do Brasil, os cristãos sofrendo a perseguição nas Filipinas, os cristãos vivendo sob ditaduras em países africanos, vêm-se perante exigências do próprio Evangelho. E agarram no Evangelho e encontram, nos três sinópticos, uma passagem muito importante:

Jesus Cristo, regressando à terra dos seus pais, vai à Sinagoga, abre as Sagradas Escrituras e lê uma passagem do profeta Isaías. Nessa passagem Isaías diz assim: " Eu vim para anunciar a boa nova aos pobres, para dar a vista aos cegos, para libertar os oprimidos ". Jesus Cristo, fecha as Sagradas Escrituras e diz: " Hoje cumpriu-se a Escritura".

Quer dizer, Jesus Cristo ~~na~~ define-se como trazendo a boa nova aos pobres. E aí reside, pode dizer-se, o fulcro e o aspecto central daquilo a que eu chamaria a verdadeira Teologia da Libertação. Como o desembocar de duas grandes correntes teológicas e de um reencontro de cristãos empenhados no bem estar e na dignidade humana dos seus irmãos, com as próprias fontes do Evangelho.

.../



A actual querela, entre a Sagrada Congregação da Doutrina e Propaganda da Fé e alguns teólogos da libertação é, naturalmente, um problema muito localizado. Sabemos que, neste momento, constitui um ponto de divergência mesmo entre membros da hierarquia católica e penso que, como em tudo, a Igreja e o Cristianismo estão profundamente situados, "E o " Hic et nunc ". Por isso é que Jesus Cristo encarnou. Não há respostas universais, há respostas para cada situação. Eu não sou capaz de julgar e não sei julgar relativamente a essa controvérsia.

Pergunta: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA - DEMOCRACIA POPULAR?

Resposta: _ A democracia participativa é exactamente o oposto da democracia popular. Na democracia popular não há participação.

Pergunta: PARTIDOS POLÍTICOS/ PARTIDOCRACIA?

Resposta: _ As afirmações que tenho proferido sobre a forma de funcionamento da maior parte dos partidos políticos, na maioria das ocasiões, traduzem aquilo que considero ser um fenómeno inevitável no estágio actual da nossa democracia.

Considero que _justamente pelo facto de todos os partidos susceptíveis de deterem o poder, terem tido experiência governativa e maioria parlamentar, e, ainda assim, se viram confrontados com as dificuldades que todos conhecemos _ os partidos políticos, no período pós 1985, não poderão deixar de tentar encontrar outras práticas, precisamente porque é isso que reclama o eleitorado.

Evidentemente que isto não significa que se encare o papel dos partidos políticos de uma forma negativa a priori. O que dizemos é que houve uma prática que nos parece ser uma prática fatal de aprendizagem, e que há um salto a dar. E que esse salto se vai dar, com certeza, no próximo período. Não pode deixar de ser deste modo, uma vez que os partidos são constituídos por homens e mulheres inteligentes, capazes de verem e denunciarem, eles próprios, aquilo mesmo que denunciei.

Pergunta: EFEITO PERVERSO DOS PARTIDOS?

Resposta: _ Não. O seu efeito perverso na democracia, quando eles ocupam todo o espaço e comprometem totalmente os objectivos da democracia.

Pergunta: ECONOMIA/PAPEL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Resposta: _ No acto de juramento da cerimónia da tomada de posse, o PR assume a obrigação e a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Por seu turno, a Constituição determina regras no sector económico, que estabelecem normas, objectivos e prioridades a médio e a longo prazos, e que poderão, essas sim, não só ser respeitadas, mas também o seu cumprimento da economia. Portanto, julgo que não há obrigação



propiciar o relançamento da nossa economia. Portanto, julgo que o P.R. tem obrigação não só de velar pela adequação das instituições à Constituição, mas também de velar pelos casos omissos.

Não me candidataria se não soubesse que é possível desenvolver uma política económica ao invés de uma política estritamente financeira. Sei que enquanto Portugal se mantiver somente numa perspectiva de políticas financeiras e não estabelecer os objectivos económicos a que a Constituição nos obriga, irá ficando cada vez mais perdido, cada vez mais endividado e cada vez com maiores dificuldades de relançamento da sua economia.

Neste aspecto, o papel do P.R. parece-nos decisivo.

Pergunta: EDUCAÇÃO

Resposta: _ O que me parece de mais errado na área da educação é a inexistência de um sistema de ensino integrado. O que temos são parcelas de ensino que vão sendo remodeladas. O país devia ter como objectivo a gestão dos recursos humanos. Para tanto devia perguntar-se sobre qual o sistema, quais as etapas e as instituições necessárias para garantir a gestão e formação adequadas dos recursos humanos.

Pergunta: PODERES DO ORGÃO P.R.

Resposta: _ Estou inteiramente de acordo com o Dr. Almeida Santos quando da revisão da Constituição em 1982. Concordo em que o Presidente da República tem mais poderes e que as responsabilidades do Governo perante o Presidente são mais do que suficientes para que o Presidente possa ter um papel de intervenção, mesmo em tempo de paz.

Pergunta: Os Mitos são fantasiados ou fazem parte do inconsciente dos portugueses

Resposta: _ Isso é muito interessante. Gostaria de discutir isso consigo.

_ Talvez, talvez... embora esses quatro mitos não estejam necessariamente articulados uns com os outros para poderem ser parte de um projecto mesmo que inconsciente. Mas acho essa sua pista muito interessante e vou reflectir sobre ela.

Pergunta: As eleições presidenciais, ganham-se ao centro. Como pensa conquistar o eleitorado conservador e imobilista que acaba por decidir as eleições?

Resposta: _ Essa questão pressupõe uma maneira de abordar o problema eleitoral que não corresponde exactamente à minha. Vou tentar responder no seu comprimento de onda.



Em meu entender, quando uma pessoa se candidata a uma função não deverá fazê-lo por calculismo, sabe?

A minha preocupação não é a de falar de uma maneira para um grupo e de modo diferente para outro. Não. É a de dizer a verdade das coisas, adequando, evidentemente, a linguagem consoante o acesso aos meios de cultura com quem estou a falar. Mas a minha abordagem não se destina à conquista pré-determinada desse grupo do centro. E mais, não sei se o centro se pode definir pelo imobilismo.

Penso que as pessoas que eventualmente se mantêm numa posição que chamou de imobilismo fazem-no porque têm receio. Há uma insegurança muito grande, e nesse sentido acredito que todas as pessoas são capazes de dar um salto. Posso não ser eu quem personificará essa dinâmica de mudança. Eu posso despoletar alguma coisa. Contudo, logo alguém virá a seguir e despoletará outra para que as pessoas sejam capazes de assumir o risco que lhes é pedido, que é pedido a cada um de nós na vida quotidiana.

Mas não abordo o eleitorado em termos de centro, direita ou esquerda, até porque não vejo essas categorias a funcionarem assim.

Pergunta: Pessimismo em relação à CEE?
Acha que agora havia outra solução?



Resposta: _ Acho que em política lidamos com factos e não com futuríveis. É esta a decisão tomada, portanto é sobre esta que vamos trabalhar.

Teoricamente havia, sem dúvida, outros cenários. Mas uma vez tomada esta decisão - em que eu própria participei; fui chefe do governo e, durante esse período, não a puz em causa - penso que temos agora de trabalhar de uma forma muito cuidada as consequências da adesão e o período de transição. Porém, não vou referir soluções hipotéticas que qualquer professor de economia lhe dirá quais são.

A CEE não é de facto, para quem segue os seus trabalhos, um mar de rosas, e está longe de corresponder à grande Europa sonhada pelos seus fundadores.

Tem-se ficado paulatinamente pelo preço da manteiga, da carne de carneiro e depois dos legumes e dos vinhos. Realmente, este tem sido o problema essencial da CEE. Não tem conseguido uma política integrada no plano social e no plano cultural. Na área educativa, houve uma proposta de um dos países membros para a realização de um encontro de todos os ministros da Educação dos países da Comunidade, a fim de se tentar definir um esquema comum de modo a que os alunos pudessem, sem problemas, transitar de um país para outro. Concluíram que isso era impossível.

A mesma proposta foi feita aos ministros da Cultura e de novo se verificou a sua inviabilidade. As estruturas eram de tal modo diferenciadas que não havia nenhum ponto em comum. Resumindo, neste momento, as fronteiras da CEE estão muito ligadas à política agrícola comum. E, para um país como o nosso, que não reestruturou a sua agricultura tudo isto traz consigo muitas consequências.

Não estou a emitir um juízo " de fora " sobre a CEE. São conclusões resultantes de conversas que mantenho, frequentemente, com governantes dos vários países da CEE, e mesmo

